



PCP em congresso no fim de novembro

VILA FRANCA DE XIRA O secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa, prometeu, neste domingo, que o partido fará o seu Congresso no último fim de semana de novembro. Num comício, em Castanheira do Ribatejo, quando questionado acerca das medidas de liberdade de circulação em vigor pelo menos nos próximos dois fins de semana, o líder comunista respondeu: "Faremos o congresso do PCP. As liberdades nunca podem ser juguladas".

Homem mata avó da companheira

FARO Um homem de 59 anos foi detido, pela Polícia Judiciária, por suspeitas da prática de um crime de homicídio qualificado, alegadamente cometido na noite de sábado contra a avó da sua companheira. A Diretoria do Sul do PJ avançou que a morte da "mulher octogenária" foi provocada por "um objeto pontiagudo" (a arma do crime). O presumível homicida tem antecedentes criminais.

Novo Hospital Central do Alentejo arranca hoje

ÉVORA Vão ser adjudicadas hoje as obras de construção do novo Hospital Central do Alentejo. Segundo a *Rádio DianaFM*, a assinatura do contrato de adjudicação vai decorrer a partir das 10h. Poderá contar com a presença de António Costa e da ministra Marta Temido. Este projeto envolve um investimento total superior a 180 milhões de euros.

Árvore do ano pode ser da Guarda

GUARDA Um castanheiro com aproximadamente 500 anos, de Guilhafonso, na Guarda, é o maior da Europa. Foi classificado como árvore de interesse público pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas e é candidato a árvore do ano 2021. Neste concurso, será votada a árvore mais interessante que representará o país no concurso europeu Tree of The Year 2021.

Funcionários públicos e professores recrutados para rastreio e vigilância

Foi uma das decisões aprovadas no Conselho de Ministros para que a pressão nos sistemas de saúde seja atenuada.

"Outra medida que está prevista no estado de emergência é a possibilidade da mobilização de recursos humanos para apoiar todos os profissionais de saúde, em particular profissionais de saúde pública e profissionais de saúde dos cuidados de saúde primários, nas ações de rastreio e também nas ações de acompanhamento e vigilância de pessoas em confinamento obrigatório", foi desta forma que o primeiro-ministro António Costa anunciou o recrutamento de 915 funcionários públicos – aqueles que se encontram em isolamento profilático ou sem atividade por integrarem grupos de risco – e 127 professores – que não têm componente letiva –, em conferência de imprensa, em Lisboa.

O objetivo passa por permitir que o acompanhamento e vigilância relativamente à covid-19 não sejam apenas realizados por profissionais de saúde e, deste modo, a pressão nos sistemas de saúde seja atenuada.

Esta foi uma das decisões apro-

vadas no Conselho de Ministros extraordinário do último sábado, em que foi igualmente decretado o estado de emergência que entra hoje em vigor e terminará a 23 de novembro. Serão também mobilizados militares das Forças Armadas.

AS ASSIMETRIAS. "Há sempre uma assimetria na Saúde Pública", explicou Ricardo Mexia, adiantando que "se faltasse um anestesista no hospital, não iam recrutar funcionários públicos

para ajudar". O presidente da Associação Nacional dos Médicos de Saúde Pública não tem certezas quanto à operacionalização desta solução, questionando: "Com que equipamentos é que as pessoas vão telefonar? Como acedem às bases de dados? Que formação terão? Como se articularão com as unidades de Saúde Pública?".

Além destas perguntas, Mexia realçou que "as tarefas mais diferenciadas têm de ficar com quem as sabe fazer", sendo que aquelas que são "menos diferenciadas", como perceber se as pessoas em isolamento profilático desenvolveram sintomas associados ao coronavírus ou se estão a cumprir esse isolamento, podem caber a estes funcionários e professores e "não é fácil perceber porque não foram desde logo mobilizados".

"Isto implica um conjunto de articulações que deviam ter sido feitas quando a situação estava um pouco mais tranquila, porque as unidades agora estão assoberbadas. Não têm capacidade de resposta para 5000, 6000 casos", constatou o epidemiologista, que teme a eventual demora na concretização desta medida. "Veremos quanto tempo vai passar", concluiu.

A "possibilidade da mobilização de recursos humanos" visa apoiar o pessoal de saúde

"Se faltasse um anestesista, não iam recrutar funcionários públicos"

PUB

Aviso n.º 17915/2020 | ALTERAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DO ESPAÇO DE REESTRUTURAÇÃO URBANÍSTICA DA QUINTA DO BARÃO | Aprovação dos Termos de Referência, da Minuta do Contrato para Planeamento e Abertura do Período de Participação Preventiva (de 10.11 a 23.12)



CÂMARA MUNICIPAL CASCAIS

Carlos Carreiras, Presidente da Câmara Municipal de Cascais, torna público através do Aviso N.º 17915/2020, publicado no Diário da República N.º 215, 2ª Série, de 4 de novembro 2020, que a Câmara Municipal de Cascais deliberou, na sua reunião pública de 20 de outubro de 2020, i) O início do procedimento de "Alteração do Plano de Pormenor do Espaço de Reestruturação Urbanística da Quinta do Barão (PPQB)", ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 76.º e do n.º 1 do artigo 119.º, ambos do RJIGT; ii) Os respetivos Termos de Referência, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 76.º do RJIGT; iii) a minuta do Contrato para Planeamento, e sua sujeição a participação dos interessados por um prazo de 30 dias úteis, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 81.º do RJIGT; iv) A fixação em 18 meses do prazo para o procedimento da Alteração ao PPQB, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJIGT, e; v) O estabelecimento de um prazo de 30 dias úteis para a formulação de observações e sugestões por escrito sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de alteração do PPQB, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 88.º do RJIGT.

Os interessados poderão consultar os elementos disponíveis na página da internet da Câmara Municipal de Cascais (www.cm-cascais.pt), bem como solicitar esclarecimentos na Divisão de Ordenamento e Planeamento do Território do Departamento de Planeamento Estratégico, sito no Edifício Tardoz dos Paços do Concelho, Praça 5 de Outubro, Cascais, mediante marcação prévia a efetuar pelo contato 214815773 ou 214815893, todos os dias úteis, entre as 10h00 e as 12h00 e entre as 14h00 e as 16h00 ou pelo correio eletrónico dort@cm-cascais.pt. Durante o período de participação preventiva, que decorre entre 10 de novembro e 23 de dezembro (inclusive), os interessados poderão apresentar a formulação das suas observações e sugestões, por escrito e dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Cascais, Praça 5 de Outubro, 2754-501 Cascais, com a referência em epígrafe, através do correio eletrónico dort@cm-cascais.pt, por via postal ou por entrega presencial nos balcões de atendimento da Loja Cascais, sita na Rua Manuel Joaquim Avelar, n.º 118, Cascais.

E, para que conste, se publica o presente edital e outros de igual teor, que serão afixados nos locais de estilo e publicitados no boletim municipal e na página da internet da Câmara Municipal de Cascais e na Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (www.dgterritorio.pt).

4 de novembro de 2020

O Presidente da Câmara Municipal de Cascais
Carlos Carreiras

sentante da República para a Região Autónoma dos Açores, Pedro Catarino, de convidar José Manuel Bolieiro (PSD) a formar Governo. Em conferência de imprensa, o líder socialista revelou que "ajuizar se um governo tem ou não condições de apoio parlamentar, desde logo, para a aprovação do seu programa, não é, nem na letra nem no espírito da Constituição ou do Estatuto Político-Administrativo dos Açores, condição para a indigitação". Esta farpa é lançada na sequência da justificação que Pedro Catarino deu e que conduziu ao fim de 24 anos consecutivos de governação socialista na região: o PS, liderado por Vasco Cordeiro, não conseguiu fazer coligações ou acordos escritos de incidência parlamentar. Assim, ao indigitar Bolieiro, Catarino considera que o compromisso escrito com os deputados do Chega e da Iniciativa Liberal permite que a coligação formada pelo PSD, CDS-PP e PPM tenha maioria absoluta na Assembleia Legislativa Regional, contabilizando 29 dos 57 lugares.

Cordeiro lembrou que, em 2015, Cavaco Silva convidou a coligação PSD-CDS a formar Governo no país e foi o Parlamento que inviabilizou o programa de direita. O dirigente aproveitou para evidenciar que "os açorianos votaram mais no PS do que em qualquer outro partido", reiterando que o eleitorado deu a indicação de que queria "um esforço acrescido em termos de concertação".